



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 2025/0010

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, a empresa **ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, para a aquisição de assinatura de software de dados econômicos.

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, **ILANA TROMBKA**, e a empresa **ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, com sede na Rua Crus das Almas, nº 301, Bloco 5, CJ 13, Vila Campestre, São Paulo/SP, CEP: 04.330-900, telefone nº (11) 4502-1422/98662-6357, CNPJ-MF nº 43.794.816/0001-47, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS**, CI. 45.084.495-4, expedida pela SSP/SP, CPF nº 295.986.538-38, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de **dispensa de licitação** com base no **art. 75, inciso II**, da Lei nº 14.133/2021, autorizada pelo Senhor Diretor-Executivo de Contratações, conforme documento digital nº 00100.001620/2025-02 do Processo nº 00200.021679/2023-19, observado o Parecer nº 672/2024– ADVOSF, documento digital nº 00100.170207/2024-06, incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.228073/2024-11-3, e o Termo de Referência, documento digital nº 00100.189405/2024-35, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a aquisição de assinatura de software de dados econômicos Macrodados ou equivalente, para ambiente Windows, para 7 (sete) usuários, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, prorrogáveis até o limite de 120 (cento e vinte) meses, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do aviso de contratação direta.

PARÁGRAFO ÚNICO – As descrições, especificações e quantidades dos serviços constam do Anexo 01 deste contrato.





SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso.
- V** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no **Parágrafo Sexto** desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.





SENADO FEDERAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução dos serviços objeto deste contrato **no prazo de até 10 (dez) dias úteis** a contar da celebração do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No prazo informado no *caput* desta cláusula, a CONTRATADA deve disponibilizar, por e-mail enviado ao fiscal do contrato, todas as informações necessárias para a utilização do *software*, incluindo o *link* para *download* e as informações de *login*.





SENADO FEDERAL

I - Caso a utilização do *software* se faça por meio de navegador, todas as informações para acesso ao sistema deverão ser fornecidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Após o recebimento dos dados informados no parágrafo anterior, o fiscal do contrato providenciará junto à área requisitante, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a instalação do *software* contratado e os testes para a sua utilização.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA, no prazo informado no *caput* desta cláusula, deverá enviar ao fiscal do contrato, por e-mail, o comprovante de emissão das licenças objeto deste contrato ou informar o meio por onde essa comprovação poderá ser feita, a exemplo dos consoles de administração de licenças.

PARÁGRAFO QUARTO – As licenças deverão ser emitidas pela CONTRATADA em nome do Senado Federal ou para os usuários indicados pelos fiscais do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de validade das licenças deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data de sua emissão.

PARÁGRAFO SEXTO – Constatadas quaisquer irregularidades nas licenças entregues, o SENADO poderá:

I – se disser respeito à sua especificação, rejeitá-las no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo à CONTRATADA providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito; e

II – se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo a CONTRATADA fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo para a entrega das licenças, conforme disposto no *caput* desta Cláusula, poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do § 2º, do art. 80, do ADG nº 14/2022.

PARÁGRAFO OITAVO – Para os fins previstos no parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo estipulado no *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO NONO – Ressalvadas quaisquer atualizações ou novas indicações que o SENADO e a CONTRATADA julguem necessárias no curso da vigência do Contrato, a comunicação entre as partes se dará pelos e-mails abaixo:

I – serman@senado.leg.br; e





SENADO FEDERAL

II – ngacti@senado.leg.br (para os assuntos relacionados à gestão contratual).

III – Após a celebração deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá fornecer ao SENADO seu e-mail institucional para as futuras comunicações decorrentes do ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após verificação das quantidades, especificações técnicas contratuais e testes bem-sucedidos de instalação e uso;

II – Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.228073/2024-11-3, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade (usuários)	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
Único	Assinatura de Software	7	Assinatura de software de dados econômicos Macrodados.	R\$ 2.002,25	R\$ 14.015,75
VALOR TOTAL				R\$ 14.015,75	

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total estimado do presente instrumento é de **R\$ 14.015,75** (catorze mil, quinze reais e setenta e cinco centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada de nota de empenho, se for o



SENADO FEDERAL

caso, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com o documento fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada, ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo desta cláusula e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI) ou, na impossibilidade de se utilizar esse, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato,





SENADO FEDERAL

sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no **inciso I deste Parágrafo** for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 167457 e Natureza de Despesa 3.3.90.40, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº 2025NE207, de 09 de janeiro de 2025.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e





SENADO FEDERAL

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

II - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:





SENADO FEDERAL

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

PARÁGRAFO SEXTO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO NONO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro e sem prejuízo das demais sanções.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Nono, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o SENADO FEDERAL;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – consensual, por acordo entre as partes; ou
- III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato terá início na data da sua celebração; e se encerrará após 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da entrega definitiva de todo material pela CONTRATADA, nos termos do Parágrafo Décimo da Cláusula Quarta, podendo ser prorrogado sucessivamente por iguais períodos, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 120 (cento e vinte) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/22 com a aplicação de penalidade na forma do Inciso II, do Parágrafo Segundo, da Cláusula Décima deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2025.

ILANA TROMBKA
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

ANDERSON RIBEIRO Assinado de forma digital
DOS por ANDERSON RIBEIRO
SANTOS:2959865383 DOS SANTOS:29598653838
8 Dados: 2025.01.16 08:21:23
-03'00'

ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS
ARS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA

TESTEMUNHAS:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2025\MINUTAS\CONTRATO\ARS - CT NOVO - 21679 2023 (AP).docx





SENADO FEDERAL

ANEXO 01

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**1. Especificações técnicas do objeto****1.1. Se local, o software deverá atender às seguintes especificações:**

- Compatibilidade com equipamentos:
 - de plataforma Intel 64 bits;
 - com 200 Gb de armazenamento;
 - com 8 Gb de memória RAM;
 - com placa gráfica integrada.
- Compatibilidade com Sistemas Operacionais:
 - Microsoft Windows 10 e Windows 11 e superiores.
- Compatibilidade com Navegadores:
 - Microsoft Edge.
- Compatibilidade com Redes:
 - Ethernet TCP/IP.
- Compatibilidade com Sistema de E-mails:
 - Microsoft Exchange;
 - A autenticação é necessária, conforme documentação oficial do fabricante:

<https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/mail-flow-best-practices/how-to-set-up-a-multifunction-device-or-application-to-send-email-using-microsoft365-or-office-365>

<https://learn.microsoft.com/en-us/exchange/client-developer/legacyprotocols/how-to-authenticate-an-imap-pop-smtp-application-by-using-oauth>

- Observações Adicionais:
 - Não serão aceitos softwares com dependência do Internet Explorer, Adobe Flash e tecnologias descontinuadas ou sem suporte;
 - Para integração com outros aplicativos, todos os módulos e licenças devem ser fornecidos sem custo adicional.

1.1.1. A base de dados do software deverá ser local e autogerenciada, caso exista. Não serão aceitos softwares que rodam em bases de dados que exigem administração externa, como os





SENADO FEDERAL

SGBDs convencionais de mercado. Justificativa: a utilização de SGBD convencionais em servidores específicos exige administração profissional, o que eleva os custos e a complexidade da contratação. Tem-se conhecimento de ferramenta de mercado que atende a demanda da área requisitante e o seu banco de dados é mantido e gerenciado localmente pela própria aplicação.

1.2. As funcionalidades do software deverão compreender no mínimo:

1.2.1. Acesso ilimitado aos indicadores do banco de dados.

1.2.2. Aplicativo com recursos para transformar os dados, fazer gráficos, análises e projeções.

1.2.3. Possibilidade de dados e gráficos serem visualizados e exportados para Word, Excel ou Powerpoint.

1.2.4. Importação de dados para atualização automática de planilhas Excel.

1.2.5. Ferramentas de econometria para relacionar dados próprios com os indicadores do banco de dados.

1.2.6. Realizar consultas a uma ampla base de dados econômicos atualizados, como dados macroeconômicos, setoriais e fiscais. No caso, uma ferramenta para acessar facilmente essas informações e com o dado mais recente disponível ou que permita atualizar facilmente essas informações quando houver atualização ou alteração destas séries. Entre as bases, o programa deve conter, pelo menos:

- Séries de atividade econômica do IBGE (PIM, PMS, PMC) e do Banco Central (IC-BR, IBCB)
- Séries com estatísticas de mercado de trabalho do IBGE (PNAD-Contínua ou PMS), Ministério do Trabalho (Caged/Novo Caged).
- Séries com estatísticas de política monetária do Banco Central (Taxa Selic, núcleo da meta de inflação, meta de inflação e séries de taxas de câmbio).
- Séries com estatísticas de inflação do IBGE (IPCA, IPCA-15 e INPC) e da FGV (IGP, IPA, IPC, INC e IGP-M).
- Séries com estatísticas de crédito do Banco Central.
- Séries com estatísticas de expectativas de mercado do Banco Central.
- Séries com estatísticas de política fiscal do Tesouro Nacional (resultado primário acima da linha), do Banco Central (resultado primário abaixo da linha/necessidade de financiamento do setor público).






SENADO FEDERAL

- Séries com estatísticas de dívida pública do Banco Central (dívida líquida do setor público - DLSP e dívida bruta do governo geral - DBGG) e do Tesouro Nacional (estoque da dívida pública, emissão de títulos, indexadores, duração e custo médio).
- Séries com estatísticas de taxas de juros (taxa TR, TJLP, TLP, CDI).
- Séries com estatísticas de contas nacionais do IBGE (PIB, deflator implícito, composição do PIB pelas óticas do dispêndio, produção e renda), Banco Central (estimativa de PIB mensal).
- Séries com estatísticas de economia internacional, com informações do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e FED.
- **1.3.** Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Especificações
Único	7	Assinatura	Plano de assinatura de ferramenta de dados econômicos Macrodados ou equivalente para ambiente Windows pelo período de 12 meses para 7 usuários.

2. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.1. Tendo em vista a natureza do objeto (ou “as condições de prestação do objeto” ou “as especificidades do objeto”) do presente contrato, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.

 O documento foi assinado por:

RODRIGO GALHA	20/01/2025 20:21:24	
ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	21/01/2025 10:34:34	
WANDERLEY RABELO DA SILVA	23/01/2025 12:33:20	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.